

# Comunicação e ação política no contínuo mediático. Luhmann contra Habermas. E nós contra todos

Ciro Marcondes Filho

**Resumo:** A política para Jürgen Habermas se faz com a formação de consciências e com o investimento na linguagem, no falar cotidiano, na relação intersubjetiva. Já para Niklas Luhmann, a política se faz por si mesma, e a opinião pública não tem relação com a opinião pessoal. Não adianta investir na linguagem, porque ela é pré-social, está além dos sujeitos, nenhuma democratização pode sair daí. Mas as propostas dos dois pensadores mostram-se insuficientes para a atualidade, com suas altas tecnologias comunicacionais, pois nenhum dos modelos dá uma resposta animadora para a questão das redes, nenhuma delas visualiza um espaço mediático próprio fazendo a mediação dos sistemas, nenhuma delas dá elementos para a construção de uma teoria da comunicação tecnologicamente avançada.

**Palavras-chave:** Habermas; Luhmann; opinião pública; opinião; mudança social; engajamento político; manipulação; contínuo mediático

**Abstract:** *Communication and political action in the mediatic continuum. Luhmann versus Habermas, and we versus everyone else* — Politics for Jürgen Habermas is set up starting from the formation of consciousness, from the investment in the language, in daily conversation, in inter-subjective relationship. For Niklas Luhmann on the other side it sets up by itself, public opinion has nothing to do with personal opinion. It has no sense to invest in language, for it is pre-social, it is placed beyond the subjects, no democratization comes from it. But no one of both thinkers with their answers is sufficient for the present time of high technological communications. No one of the two models gives an animating answer to the question of the net, no one sees an own media space that could do a mediation between systems, no one gives the conditions to the construction of a technological advanced communication theory.

**Keywords:** Habermas; Luhmann; public opinion; opinion; social change; political engagement; manipulation; media continuous

## Sistemas de comunicação e indivíduos

A discussão entre Habermas e Luhmann revela uma discrepância fundamental na caracterização da nova sociedade comunicacional e tecnológica. Habermas apóia-se na

intersubjetividade como estratégia para recuperar a democracia nos contextos ocidentais; já Luhmann despreza essa possibilidade, excluindo dos homens qualquer intervenção mais ativa no processo social. O primeiro parece ainda preso aos modelos clássicos de participação, nos quais os homens, a partir dos diálogos diretos, realizavam a comunicação propriamente dita; o segundo, mais próximo do pensamento cibernético, parte para outra configuração social, em que são os sistemas que funcionam, restando aos homens participação periférica. Grosso modo poder-se-ia dizer que Luhmann é mais atual, mas isso é enganoso, pois seu esquema tampouco dá conta do quadro tecnológico contemporâneo.

Niklas Luhmann, diferente do clássico investimento na esfera pública, fala da produção mecânica de um produto como suporte da comunicação. É um *medium* que torna possível a construção de formas, e isso sem qualquer relação com conteúdos comunicacionais; em outras palavras, uma opinião pública constitui-se pela agregação mais ou menos espontânea de partículas (individualidades, pessoas dispersas), formando — em conjunturas específicas — aglomerados efêmeros de opiniões, “formas”, que se dissolverão num segundo momento. Luhmann diz que nesse caso não ocorre interação entre emissor e receptor: é a tecnologia que se interpõe entre ambos. Para ele, essa desconexão é o que garante a liberdade da comunicação. As comunicações atravessam esses sistemas, máquinas e programas (LUHMANN, 2000).

Para esse paradigma, o componente sistêmico pesa muito mais do que as intervenções específicas (políticas, ideológicas etc.) dos agentes. É ele que praticamente organiza o mundo, ou, nas palavras de Luhmann, a totalidade do mundo se torna comunicável. Em lugar da fenomenologia do ser aparece a fenomenologia da comunicação: vê-se o mundo, diz ele, da forma como a comunicação de imagens sugere a cada um. Perdemos a capacidade de seleção, a diferenciação entre informação e seleção, o que nos leva ao tédio.

Sinalização, informação e comunicação são, para ele, passos do processo comunicacional. Na comunicação trivial, de pessoa a pessoa, podemos não aceitar algo que o outro nos diz, nos pede ou nos manda (rejeitamos a seleção feita por um Alter). Ou podemos achar que o que o outro está dizendo é incorreto. Já nas comunicações indiretas, pode-se recusar o que vem da TV ou do jornal quando a informação não está muito bem justificada, quando se desconfia da fonte, ou quando o acoplamento estrutural entre seleção e motivação para aceitar a seleção não é automático. A comunicabilidade aqui é um fenômeno improvável e necessita do concurso do que ele chama de “meios de comunicação simbolicamente generalizados”. Se você não aceita, você “paga multa”, brinca Luhmann. Se a notícia é improvável, os meios de comunicação entram com a moeda “atualidade”, “ao vivo”, noticiabilidade, que fazem com que você a aceite. É o mesmo que acontece no campo da ciência: se a descoberta é pouco aceitável, usa-se o recurso “ser uma verdade científica” para ganhar validade; ou, na religião, se você duvida, a fé o faz acreditar.

As seleções tornam-se agora, diz Luhmann, “uma regulação generalizada da coordenação de seleções”, e isso quer dizer que o sentido de uma comunicação não termina no ato de compreensão mas condensa-se em formas que voltarão a ser aplicadas em outras situações, em outros momentos, com outros participantes (LUHMANN, 1981b). Isso já é uma derivação da mudança de nível do processo comunicacional, que antes estava sendo tratado como direto, bilateral, presencial, e agora já supõe, nas sociedades altamente interconectadas, uma esfera supraindividual nebulosa, abrangente, incontrolável, que passa doravante a interagir com as individualidades.

Isso leva Luhmann a radicalizar sua proposta, possivelmente com fins provocativos: só sabemos tudo o que sabemos sobre sociedade, mundo, história, natureza pelos meios de comunicação, e mesmo assim desconfiamos deles, compondo um mecanismo de estabilização dos sistemas. Com isso expurgam-se do contexto as ligações com o mundo vivido, que Habermas vai buscar em Husserl e que justifica seu método e sua proposta política. Habermas lamenta essa opção, pois para ele o mundo vivido é aqui afastado como um “resíduo indigesto”.

As questões que se colocam são, portanto, as seguintes: até que ponto o modelo de Luhmann é suficiente para dar conta do novo quadro tecnológico-comunicacional? Não haveria aí certo positivismo de uma sociedade organicamente estruturada, que não dá espaço aos desvios e às ações disruptivas? Será que o comportamento do público é necessariamente passivo? Qual é o papel, em suma, do sistema como um todo na constituição das intervenções setoriais ou mesmo individuais?

Na teoria da ação comunicativa de Habermas, o conceito de comunicação está centrado no ato de participar ativamente no processo comunicacional, não apenas de entendê-lo, como é o caso de Luhmann. Participar é ter função ativa e supõe um componente normativo que atue para melhorar a integração dos envolvidos em situação de consenso. O eixo está na questão da argumentação, nas trocas simbólicas e discursivas, no trabalho com diálogos, retraduições, convencimentos. É ainda a velha proposta da formação de consciência. A meta é o entendimento e a intervenção de cada um no ato de querer atingi-lo, isto é, na intencionalidade.

Luhmann acusa essa forma de ver o mundo como “metafísica”, caracterizada pela dualidade aparência/verdade, parcialidade/objetividade ou ideologia/ciência, que parte de uma concepção de verdade que um ou mais interlocutores acredita possuir e busca com ela convencer o outro ou mesmo impor ao outro. A recusa desse modo de ver o mundo já foi sugerida por Humberto Maturana, em quem Luhmann parcialmente se baseia. Mas já havíamos visto isso também em Richard Rorty (1995, p. 164). Trata-se do “ponto de vista de Deus”, que contempla do alto as ciências da natureza e a história, decidindo o que pode ou não ser validado como científico. Maturana (2001, p. 34 e ss.) afirma, refutando essa postura “metafísica”, acima dos homens, possuidora privilegiada da verdade, que há tantas realidades quantos domínios explicativos.

Ou seja, a argumentação de Habermas, tendenciosamente iluminista e “conscientizadora”, corre o risco de resvalar para a instrumentalização da comunicação e transformá-la em meio de mobilização e organização política, tendência freqüentemente encontrada nos *cultural studies*, assim como nas teorias de comunicação latino-americanas, ainda fortemente marcadas pelo elemento ativista: conhecer a comunicação não para melhor entendê-la mas para alcançar o poder.

Por outro lado, a negação do intervencionismo não pode ter como contrapartida a aceitação pura e simples do modelo autopoietico luhmanniano, que também possui seus “pontos cegos”. Luhmann afirma que os meios de comunicação produzem seleções; para ele o que produz a opinião pública são o tempo (continuidade, movimento, ritmo) e a quantidade, que, juntos, enquanto relação *medium*/forma, constituem uma realidade autônoma (logo, não são estados de consciência oscilante dos indivíduos, pois esses são inacessíveis ao sistema comunicacional) (1981b, v. 5, p. 174).

Diz também que a opinião pública é igualmente memória pública. Os meios de comunicação, como fatores produtores da irritabilidade, integram a memória individual à social, introduzindo o distúrbio nas referências retrospectivas da opinião pública, produzindo, assim, o inesperado. Os indivíduos podem participar dessa memória pública quando seguem as comunicações dos *mass media* (memória em Luhmann é atrelamento de uma comunicação em outra e assim sucessivamente). Não dá para saber exatamente em que medida os *media* influenciam a formação das opiniões; o que eles fazem é promover continuamente a integração da memória individual à social. Muitas vezes há conflitos entre as duas: o que aparece hoje nos *media* pode entrar em dissonância com o que estava estabilizado como opinião pública, permitindo, na linguagem de Luhmann, mesmo assim, uma “coabitação” entre elas.

A decisão política, assim, não opera com as micro-opiniões (não se sabe, de qualquer forma, o que passa na cabeça de cada um), mas com esquemas e *scripts*. Os esquemas são nossa referência a fatos passados (memória), que passam a trabalhar com fatos novos. Eles separam o que deve permanecer na memória do que deve ser excluído e permitem, assim, enquadrar novos fatos. Quando colocados numa relação causal, numa seqüência temporal, quando passam a constituir algo como um “projeto”, formam o que ele chama de *script*. Quando um esquema é posto em destaque em oposição ao mundo (que é, de qualquer forma, desconhecido) cristalizam-se engajamentos e sentimentos, pessoas ou grupos lutam por um ou outro *script*, que são valores procurados e agrupados para apoiar as posições dos indivíduos (seja a preservação do verde, a luta por igualdade racial, o controle dos gastos públicos etc.). Os esquemas garantem a capacidade de vinculação de cada um a um projeto. Em síntese, o que leva pessoas ou grupos a se mobilizar são esquemas e *scripts*, que, em verdade, não passam de construções, pois o mundo propriamente dito, diz Luhmann (1999, p. 25-26), é estranho a todos eles.

Essa sociologia dos sistemas comunicacionais autopoieticos opera com grandes sistemas sociais — criando memórias, provocando irritações, trazendo espanto, descontinuidade — e com sistemas individuais em que observadores regulam o jogo entre as diversas formas. Entre ambos há apenas um acoplamento estrutural, uma fina membrana de contato, o que não faz com que um possa entender o outro. Atuam por si e para si. Ora, esse esquema, em primeiro lugar, fala da transformação de um *medium* amplo, amorfo, indeterminado, em uma forma, na opinião pública, como vimos no exemplo. Mas ele não diz o que leva o *medium* a constituir-se como forma, o que age aí, o que o provoca. Falta nesse esquema um componente advindo da teoria da comunicação, um elemento paradoxal, a ligação, o vetor indeterminado que vincula as duas séries. Mas Luhmann não nos apresenta nenhuma solução. E isso não é pouco, afinal, é o que constitui o *sentido* do ato comunicacional. Um segundo ponto cego é o fato de Luhmann descartar a possibilidade de um contínuo atmosférico comunicacional no espaço entre os sistemas sociais e entre esses e os indivíduos, contínuo esse que, nascido como indústria cultural, assume, na contemporaneidade, traços mais amplos e difusos, caracterizando a dimensão de sentido da chamada cultura de massas.

Jürgen Habermas tampouco nos salva nesse último ponto. Ele se vale do conceito de mediação, que foi buscar no filósofo e sociólogo norte-americano George Herbert Mead, para quem a comunicação é uma espécie de ligação, mediação entre interesses, possibilidades individuais e sua realização no plano macro-social. É o mesmo princípio que rege as mais recentes teorias dos estudos sociais em comunicação. A língua, nesse caso, seria a “base de um potencial utópico”, acionada para se chegar a um “estado adulto”, a um relacionamento humano não-coercitivo, uma vez que fosse levado em conta seu potencial normativo. O problema dessa proposta é o desvio político aí embutido.

Não obstante, a proposta habermasiana, apesar de todas as críticas, ainda é mais factível que a de Luhmann, visto que esta não deixa nenhuma perspectiva para a quebra de relações por definição incomunicáveis. Mais factível, mas não no sentido que ele dá à ação comunicativa, já que, como visto, ela está inteiramente contaminada pelo pensamento iluminista e pelo programa de formação de consciência, estranho a um estudo específico e particular da comunicação. A possibilidade de terceira via só se dá no jogo entre a fascinação da comunicação e as oportunidades comunicacionais de uma “revelação profana”, no sentido proposto por Walter Benjamin.

## Opinião pública, engajamento e mudança social

Há três modelos disponíveis para a discussão da questão política vinculada aos meios de comunicação: o modelo de Luhmann (do Círculo Cibernético), o modelo de Habermas (dos *cultural studies* e dos autores latino-americanos) e o nosso modelo. Iniciemos, portanto, pelo modelo de Niklas Luhmann.

A proposta teórica desse autor, tal como vista acima, diz que opinião pública é uma forma que se constitui a partir de um *medium* disperso e amplo, ou, então, um arranjo eventual, transitório, de um conjunto disperso de indivíduos a partir de um certo tema que domina o contínuo mediático. É uma união fraca de elementos superabundantes que leva, em épocas específicas, à constituição de uma união forte de caráter passageiro. A agregação é espontânea, sem acordos prévios; as pessoas têm suas opiniões individuais, mas a opinião pública forma-se acima delas, como algo outro, que elas não manipulam. Nela interferem o tempo (o ritmo, o movimento) e a quantidade.

Do ponto de vista dos atores, isto é, dos próprios políticos, a figura que ele cria é a do espelho. Imagine-se uma sala com vários espelhos. Diante de cada espelho, um político. Nenhum deles consegue ver a si mesmo olhando o espelho; mas cada um vê o reflexo, a expressão que está fazendo, através do espelho. A imagem refletida no espelho é a opinião pública. Nessa situação, o espelho permite ao político observar como observador e observar os outros, na forma como são mostrados na opinião pública. Vê-se o rosto e, acima dos ombros, os demais, que no mesmo espaço se olham no espelho (LUHMANN, 1985). A opinião pública é o “poder invisível do visível”: todos podem se ver no espelho mas o poder que daí emana — da opinião pública — é algo simplesmente que acontece.

Luhmann opera com a lógica *medium*/forma. Um dos exemplos que ele usa é o da luz que atravessa uma película e permite o aparecimento de uma cena cinematográfica. O encontro da luz com o diapositivo cria um sentido, a cena projetada. O encontro da fala jornalística com a massa indistinta (com o *medium*) produz opinião pública.

A opinião pública, no modelo apresentado acima, não tem relação com a consciência dos participantes. Conforme o sociólogo, o quadro de distribuição de possíveis votos de um eleitorado, espalhados entre vários partidos, apesar de poder ser mensurado empiricamente, não é a opinião de ninguém, é outra coisa (LUHMANN, 1999, p. 22-24). Aqui ele segue Baudrillard, em seu discurso sobre as “maiorias silenciosas”, caracterizadas por ele como bolas de cristal das estatísticas “atravessadas por correntes e fluxos”. Não são boas condutoras do político nem do social. Tudo nelas se dilui sem deixar traços (BAUDRILLARD, 1985, p. 9). Ou, como em Prokop (1986, p. 149), que diz que os produtos da cultura de massas não exercem nenhum efeito de sugestão sobre elas.

A opinião pessoal e a opinião pública são coisas distintas que simplesmente coabitam. Conforme Luhmann, esta última sugere também “memória pública”, e os indivíduos participam dela ao seguirem temas da comunicação dos *mass media*. O mecanismo de vínculo são os esquemas que associam temas guardados na memória a novos fatos trazidos pelos *mass media*. Estes reúnem pessoas em torno de certas campanhas, propostas, projetos, o que significa dizer que a ação política possível só se mede pela expressão supra-individual das massas, pelo seu acontecer indeterminado e aleatório, independentemente do plano em que as pessoas, elas mesmas, pensam e agem. Nós, como módulos fechados, podemos pensar politicamente, imaginar ações, fantasiar mudanças, mas isso não tem relação com os movimentos desse *medium*, massa indiferenciada que age por conta própria.

Ou seja, opinião pública não tem nada a ver com razão. As pessoas precisam apenas raciocinar, basta isso, não importa se bem ou mal, como já dizia Montesquieu (LUHMANN, 1999, p. 28-29). Da mesma forma, elas tampouco se transformam por um investimento no diálogo, visto que Luhmann não acredita no uso democratizante da linguagem. Língua, para ele, possui um estatuto supra-subjetivo, não há espaço para a intervenção dos sujeitos.

Em certa medida, não estamos muito distantes do modelo da Escola de Frankfurt, como sistema de estandardização e de racionalização de técnicas de difusão. O que Luhmann diz, além disso, é que também do outro lado, do lado da massa de receptores, ocorre um comportamento correspondente, pois, afinal, também se está aí submetido à lógica sistêmica. Quer dizer, há tanto uma tendência dos meios de comunicação à estabilidade e racionalização quanto uma inclinação recíproca, da massa de receptores, à submissão ao que é majoritário. Trata-se da teoria de Elisabeth Noelle-Neuman, que fala da consonância (das mais diferentes mensagens), mecanismo que limita, por princípio, a seletividade dos receptores. Para a pesquisadora, há uma propensão à consonância no efeito dos meios de comunicação, que transmitem uma opinião majoritária. Essa consonância, como “falta de alternativa”, promove um reforço, uma confirmação de determinadas disposições na consciência do público, que sofre de um *silence-effect* (efeito de silêncio), uma inclinação a se calar quando se tem uma opinião que não corresponde à da maioria (NOELLE-NEUMANN, 1973, p. 87 e ss.). Afinal, diz a espiral do silêncio, temos uma tendência de nos calarmos quando possuímos uma opinião que não corresponde à da maioria.

Luhmann (1996, p. 157-175) criticava Husserl por dizer que não era possível o sentido em contextos com ausência de sujeitos. Mas eles existem sim, diz ele. O sentido constrói-se pelo próprio processo de vincular temas, construindo memórias e organizando *scripts*. Ninguém interfere, não há ação de sujeitos mas um reposicionamento regular e contínuo das massas. O processo em que transformamos sinais em informações é seletivo. Realizamos “distinções”: cada diferenciação traduz o mundo em suas formas próprias e não autoriza nenhum acesso ao mundo objetivo independente do observador (LUHMANN, 1996, p. 314). Não é um esquema de emissor/receptor, mas de operação/observação. Isso quer dizer que algo é transmitido e recebido: a comunicação só acontece quando alguém a recebe (transforma sinais em informação, processo de operação), e é importante que o que é mostrado apareça como “realidade” (observação). O que vem depois, o que o receptor faz com o que recebe, não interessa.

Para ele, a questão não é a recepção ou os usos que o receptor vai fazer mais tarde com o que recebeu. A observação é algo totalmente diferente. Não somos “receptores”, diz ele, somos “observadores”. Nós e os próprios meios de comunicação. Olhamos o mundo, as notícias, os anúncios e operamos isso individualmente. O conceito de receptor é vazio, ponto terminal de uma informação que logo é repassada outra vez, retornando ao meio. O *feedback* nos coloca como reles receptores e, logo depois, como retransmissores. O problema das teorias políticas da comunicação é que elas desprezam a observação, a

apreensão individual da informação, e a tomam como um mero momento de passagem, estação intermediária de algo que vai se realizar, de fato, em outro lugar e com outros personagens, na interação, na “negociação (social) de sentidos”.

Não obstante, para estudiosos como Luhmann e Heinz von Foerster, o enfoque voltado ao observador como elemento central da pesquisa é indispensável; é, em realidade, o fato mais fascinante deste século. É a inserção do não-trivial no esquema, é o fato de alguém poder desafiar, como sugeriu Wittgenstein, ao propor: “E se eu não fizer isso?”.

As mudanças de paradigma proporcionadas pela teoria da incompletude de Gödel, pela incerteza de Heisenberg e pelos pressupostos da física quântica deram fundamento epistemológico ao observador, diz von Foerster (1994, p. 18). Segundo ele, o que fazemos hoje é inserir no pensamento e na reflexão científica a invariante “mundo subjetivo”: as pessoas não são “observadores independentes” que vêem o mundo passar na sua frente, mas atores participantes, com papel no drama de dar e receber na circularidade das relações humanas.

Von Foerster também se ocupa da política, mas de maneira distinta dos estudos sociológicos e culturais. Ele acredita que na grande massa indistinta de individualidades ocorre uma verdadeira “doença moderna”, a de termos nos tornado “disnósticos”, realizando operações de seletividade segundo as quais simplesmente “não registramos” fatos que nos são mostrados. Vemos e ouvimos coisas que não estavam lá (na reportagem, na matéria, no relato), ao mesmo tempo que ignoramos coisas que nos são apresentadas. As pessoas não apenas não vêem. Elas não vêem que não vêem (VON FOERSTER, 1985, p. 11). Isso é outro jogo que se contrapõe às invectivas de manipulação. A maioria silenciosa deixa de ouvir não porque é surda, mas porque não quer ouvir. Estamos diante, portanto, de um mecanismo de *double bind*, de fechamento do universo do receptor, de um comportamento alucinatório de desconexão e de ‘transladação’ automática para o imaginário fictício.

Assim, quando Luhmann afirma que tudo o que sabemos do mundo o sabemos tão só e exclusivamente pelos meios de comunicação, percebemos que esses dois componentes (o fechamento do universo mediático pela ação conjunta e o fechamento da recepção pelas estratégias do autocegaramento por parte do observador) constroem um mundo miraculante, fantasmagórico e surrealista em que ninguém se reconhece mas onde todos estão. Não há nenhuma passividade, como acreditava a escola de Frankfurt; há colaboração, entrosamento, ação conjunta, há o amalgamar-se das consciências na atmosfera do contínuo mediático, compondo eventual e conjunturalmente formas. Não há nenhuma leitura preferencial que o receptor faça por ter sido levado por estratégias perversas de grupos ou classes de poder, visando cooptá-lo para ideologias que em realidade lhe são alheias, alienantes, fetichistas. Há, ao contrário, uma intervenção colaboradora, integradora, participante num todo que não tem sujeito nem dono, que é derivação, síntese de múltiplas injeções, de múltiplos comunicados que fervilham no contínuo e aspiram

tornar-se “a” moda dominante, “o” tema da temporada, “a” grande onda que envolverá a todos nas próximas semanas.

Passemos à perspectiva de Jürgen Habermas. Para esse pensador, a pulverização das pessoas no posicionamento político é um tema igualmente relevante. Ele o comenta ao falar da “solteirização”, o estilo contemporâneo da fragmentação do social em que não apenas as pessoas se isolam para o mercado mas se corroem também os pressupostos de uma situação duradoura de “sós a dois” (BECK, 1986, p. 200). Solteirização não é o mesmo que isolamento, no sentido filosófico, que poderia ter uma contrapartida, um “não-eu” (um “Kein”) intersubjetivo, já que só se constitui na comunicação com o outro. No quadro atual, os antigos vínculos se rompem, levando à constituição de indivíduos sós autoconscientes (HABERMAS, 1973, p. 26).

Considerando isso, a questão política dos engajamentos torna-se ainda mais complicada. Habermas, como sabemos, propõe a valorização da linguagem, o diálogo intersubjetivo para evitar que o mundo da vida seja continuamente colonizado pelo sistema e possivelmente realize uma “desconstrução” da dominação pela fala cotidiana, pelos diálogos, pela prática das trocas comuns. Cabe localizar e desfazer a consciência tecnocrática, o modo positivista burocrático de ver o mundo, formas essas que desativam e anulam as possibilidades de a linguagem poder desfazer esses mecanismos.

A posição de Luhmann provoca, na opinião de Habermas (1996, p. 324 e 410), um entrosamento muito estreito, pois tudo já está marcado, impossibilitando regulações internas entre os sistemas, com danos também para a linguagem e o agir comunicacional. Essa estreiteza, diz ele, dificulta a visualização do acordo entre reprodução cultural, integração social e socialização. A linguagem cai para um plano menor, servindo apenas para generalizar eventos semânticos, para atomizar correntes de vivências em identidades reconhecíveis.

Stuart Hall (1989, p. 366 e 372) e seus colaboradores seguem essa trilha e dizem que o receptor pode ler a mensagem recebida segundo o modelo dominante, de maneira negociada mas também francamente oposicionista; ele jamais é passivo. Ele pode rejeitar a preferência proposta e renovar sua própria preferência, dizendo: “Você queria que eu lesse de uma determinada forma mas eu não leio desse jeito”. Essa interpretação, contudo, não constitui necessariamente uma relação “de classes”, como ele pretende. A opção pela rejeição está no ato intencional de qualquer receptor e não envolve por obrigação nenhum conteúdo “ideológico”. É apenas um jogo em que se aceita ou não, conforme a conveniência. Não é só “o poder” ou a “classe hegemônica” que buscam manipular e impor conteúdos, são todos. O mundo é uma variedade infinita de sinais apelando para a atenção do outro; alguns órgãos usam estratégias maliciosas, sub-reptícias, enganosas para capturar a atenção, mas o que ocorre daí para frente é um jogo em que o receptor permanece ou não segundo seus interesses. A lógica dual das classes e do antagonismo cede espaço a um jogo difuso e indeterminado de estratégias comunicacionais várias e aceitação e rejeições eventuais, aleatórias, meramente circunstanciais.

Os sociólogos latino-americanos que estudam comunicação dizem, por seu turno, que a verdadeira proposta do processo de comunicação e do meio não está nas mensagens mas nos modos de interação que o próprio meio transmite ao receptor (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 314). Para esse estudioso, por exemplo, o processo de recepção é basicamente de interação ou de “negociação de sentidos”. Em verdade, nem os latino-americanos nem os *cultural studies* se preocupam com o processo da recepção ou com o próprio receptor. Desaparece esse personagem e parte-se para trabalhar “o mundo objetivo”, onde há enunciados enganadores (que vêm “do poder”) e leituras esclarecedoras (“resgatadas” pela interação social). A inspiração é habermasiana, e o modelo ainda é o hegeliano de uma totalidade com pólos que se opõem e tentam sobrepor-se um ao outro no conflito de posições. Ignora-se aqui, entretanto, que o modelo hegeliano constrói um todo coercitivo, já que as mediações não excluem a possibilidade do dirigismo, do educacionismo e das estratégias partidárias. Não é observado aqui aquilo que Habermas critica do hegelianismo, a saber, o fato de Hegel não se preocupar com o indivíduo mas apenas com totalidades, valendo para ele o todo como “mediador”.

Os dois modelos possuem sérios problemas. No caso de Luhmann, para ser completo, ele necessitaria da ação da quase-causa, do elemento paradoxal, da energia vital que realiza a fusão desse *medium*, que funciona mais como um “corpo sem órgãos”, um plano, uma superfície, a forma. O incorpóreo atribuiria sentido à formação do meu pé marcando a areia. Segundo a leitura estoica do acontecimento opinião pública, o “corpo” massa indistinta de indivíduos entraria em choque com o corpo “fala comunicacional” e, do encontro deles, resultaria o “sentido” opinião pública, como o momento em que o formão toca a madeira, em que a palavra “toca” a coisa. Imprensa, rádio e TV são corpos que no momento da emissão de seus sinais realizam o atrito e a criação de um sentido além das próprias palavras. Ele é produzido no entre-dois, na fusão de forma e conteúdo, de palavra e coisa, meios de comunicação e discurso.

Vilém Flusser (1992, p. 32; 1993) busca uma posição intermediária entre os modelos. Para o pensador, a sociedade já não é um grupo de pessoas que constroem relações entre si mas de pessoas que, dentro de seu campo de intersubjetividade, compõem uma rede oscilatória que continuamente se amarra e desamarra. Dessa forma, o engajamento político deixa de ser uma tentativa de mudar a sociedade ou os homens para ser um ato de se programar (pela tecnologia) ou de se desprogramar (pelo terrorismo) o campo social relacional.

## Sobre a manipulação

Em princípio, tudo emite sinais, tudo se mostra. Mas há instituições voltadas especialmente para chamar nossa atenção, para desviar nosso olhar, para nos surpreender, para nos fazer ver. São os meios de comunicação de massa, tentando nos cativar, nos envolver

no contínuo mediático, buscando um resultado em massa de suas estratégias de captura, viabilizando, assim, o surgimento dos temas monopolizantes. O fato de nos voltarmos às suas sinalizações e as considerarmos não significa, contudo, que esteja ocorrendo comunicação. Na maioria das vezes, todo esse empenho resulta apenas em informação, ou no seu próprio descarte como um “não interessa”. As notícias da imprensa são selecionadas segundo o código do sistema informativo — o fator surpresa, o conflito, os números, a nossa cidade, a agressão à norma — que separa os fatos em notícia e não-notícia.

Já uma estação de televisão trabalha com a velocidade e o tempo real. Sua intenção é interferir no nosso critério e provocar a intenção, quebrá-la, gerando assim a atenção. Diferente do jornalismo impresso, que tem quase um dia inteiro para colher, elaborar, redigir, modificar, adaptar a notícia, a TV tem um crédito a mais na confiabilidade por estar “em cima do fato”, exatamente onde está acontecendo a coisa. Naturalmente, os itens escolhidos para ser filmados, o olhar do jornalista, a operação de monitores na ilha de edição, tudo isso são escolhas, definições que se submetem a valores do profissional, da empresa ou da profissão. Eventualmente, uma intervenção deliberada “dos de cima” mutila pontualmente a informação, deturpa, silencia. Mas essa não é a regra. De qualquer forma, apesar de nada ser neutro, a transmissão ao vivo retira parte do tempo de “cozimento” da notícia.

Por isso, os meios eletrônicos e a velocidade da produção de notícia interferem na lógica jornalística provocando uma espécie de “recomposição contínua”, que se constroem e desconstroem o tempo todo. Não vem ao caso se historicamente há coerência ou não em suas posições, como era o caso da imprensa do passado, visto que o ritmo impõe-se à lógica. Se existe uma manipulação, ela se dá pelo fluxo contínuo (Anders). Os fatos podem ser verdadeiros, mas o fluxo como um todo é falso. Isto é, não que o todo, o fluxo “seja falso”: ele promove outra coisa, não mais a informação, mas a vertigem.

Poderíamos nos armar contra a sedução mediática e informacional, poderíamos criar defesas para não cair na vertigem, afinal há um substrato em nossa memória que nos torna resistentes às manipulações. Os temas da imprensa não nos pegam desprevenidos, nossa malícia já reconhece os atores e os atos e desconfia de medidas aparentemente bem-intencionados de governos e de políticos. Mas há as situações em que os fatos são absolutamente novos, há uma descoberta da pesquisa médica, uma nova forma de se produzir alimentos, novos aparelhos tecnológicos que nos propõem facilidades etc. Nessas circunstâncias, colocamo-nos como tábula rasa, folha em branco sobre a qual se pode escrever qualquer coisa. Nos tornamos passíveis de manipulação.

Fato é que há um interesse da massa indistinta de receptores pelos produtos culturais veiculados no contínuo mediático. É uma necessidade de consumo, consumo de imagens, de apelos, de sensações, “consumo suntuoso”; afinal o desfrute, o gozo, a apropriação é a meta principal das sociedades, não a produção (BATAILLE, 1975). Nos telejornais, encantam as massas o ritmo, as cores, a dinâmica, a sensação de “ver o mundo em marcha”

(RAMONET, 1999, p. 190), a agilidade, a versatilidade, a aplicação de modernas técnicas de edição, a montagem de notícias, as operações inovadoras. Sim, as massas se deslumbram, se fascinam, se entediam, mas não abrem mão da fantástica oferta de conteúdos que circulam no contínuo atmosférico: essa é sua vida. Não é exatamente manipulação, é adesão, é vontade, é ligação com o “mundo realmente existente”.

A vertigem é assistir a imagens que nunca param, a velocidade de troca de assuntos no telejornal, a miscelância informativa, que são, diz Anders, decisões que não tomamos, que já vêm tomadas. Não se exige mais nenhum alinhamento; ele é condição de participação no próprio sistema. É nesse nível que se dá a ação política, não na emissão de conteúdos “ideologicamente viciados”, ou que tentem nos induzir a um modo de vida que não é o nosso ou uma “leitura preferencial”.

Os meios de comunicação em massa, especialmente o sistema informativo, despejam informações no contínuo mediático. Pelo volume, há uma inclinação para a opressão e a tendenciosidade. Cria-se uma orquestração que em alguns casos pode levar a consequências desastrosas, como o fechamento das alternativas, a padronização das visões de mundo e o linchamento mediático. O contínuo atmosférico é dominado por uma onda opressiva e massacrante que inviabiliza o pensamento cauteloso. No episódio do ataque às torres gêmeas em Nova York observou-se essa ocupação do contínuo mediático que, a partir da mobilização emocional, inviabilizou a leitura múltipla do acontecido. Não havendo saídas, a manipulação ocorre pela totalização. Trata-se de um universo alucinatório do *double bind* em que ir para uma direção ou para outra vai dar no mesmo. Esse mecanismo sobrepõe-se às estratégias individuais de resistência à manipulabilidade que se centram, em situações normais, na cautela (consideração da memória anterior ou de uma reserva de informações que permite o julgamento crítico do que está sendo veiculado), na consideração do contexto (um contexto viciado não produzirá informações imparciais) e na vivência pessoal.

Mas nem sempre estamos diante de ocupações estratégicas do contínuo atmosférico, apesar de elas serem freqüentes. No funcionamento normal e cotidiano, o público vai atrás da fascinação, da sensação de estar informado, do prazer sadomasoquista do esporte. Há uma espécie de “troca” em que o receptor quer vivência, participação, emoção, distração, relaxamento, e os sistemas (de abastecimento com fatos imaginários e real-construídos) mantêm a audiência desperta e ligada pela ação de técnicas de magnetização desenvolvidas por exercícios de erros e acertos.

O contínuo atmosférico mediático, segundo nossa proposição, realiza a função do entre-ser, da instância que unifica tecnologias e massa indistinta dos receptores, atravessado por incorpóreos produtores de sentido e rebatendo essa mesma massa. Em sua forma básica, o contínuo manifesta as tendências ao continuísmo e à conservação. Essa é a função do sistema de alarme (enquanto “desvio do conhecido e reintegração no convencional” na produção de notícias), assim como do sistema de entretenimento (con-

texto de deslumbramento, desvios e reconstruções da ordem nos produtos de monopólio) e do sistema de manutenção (também comentada por Adorno). Apenas as ocorrências não-triviais no seio da massa indiferenciada e a intervenção das instâncias sistêmicas desreguladoras têm chances de romper essa coerência, essa consonância, a tendência contínua à reintegração, atuando, as primeiras, de forma episódica, e as segundas, com vocação para uma mudança continuada e efetiva.

## Redes e comunicação espectral

A rede provoca o aparecimento do “outro virtual”, um esquema substitui efetivamente a presença da alteridade (LUHMANN, 1995, p. 112-113). Ou então: a sociedade se transformou, já não é um grupo de pessoas que constrói uma relação em torno de si mesmas; hoje elas vivem num campo de relações intersubjetivas, numa rede oscilatória que continuamente se amarra e desamarra. O ego não passa de um nó de relações. Cada um de nós participa de múltiplos nós, e nossa vivência é tanto mais intensa quanto mais redes participamos (FLUSSER, 1992, p. 32).

As descrições da sociabilidade virtual, contudo, deixam muito a desejar. Nem Luhmann nem Habermas dão conta desse esquema. Habermas (1981, p. 268) porque descarta a linguagem na rede, pois está fora das normas oficiais; ali há “inconsistências”, mas é exatamente com isso que se constroem sentidos na rede. Esse é o espaço do jogo lúdico com a escrita e a linguagem em geral, de um tagarelar sem acoplamento necessário com uma significação, é uma atividade que vive somente da própria performance, e não obrigatoriamente de alguma necessidade de comunicar.

Luhmann diz que aí não há comunicação, por não fazer diferença entre informação e seleção. Nem o fornecedor de dados nem o que os recebe têm condições de reconhecer ou produzir o sentido do ato de comunicação. A autoridade da fonte é substituída pelo desconhecimento da fonte, já não se pode reconhecer a intenção de uma comunicação (LUHMANN, 1997, p. 306-307). Ora, a intencionalidade desaparece já na TV ou na grande comunicação pública: somos levados a ver o que normalmente não veríamos. Mas Luhmann insiste: a comunicação é algo altamente improvável, e para torná-la possível é preciso o recurso dos meios de comunicação simbolicamente generalizados. A saída do sociólogo talvez revele, ao contrário, a fragilidade de seu esquema. Para ele, eu assisto ao telejornal porque senão “pago multa”. Normalmente eu não assistiria mas, como a TV me assegura que ali passarão *notícias*, então eu assisto. O meio generalizado “notícias” reconstrói a comunicabilidade numa situação altamente improvável.

Ora, eu não assisto ao jornal só porque ele passa notícias. Eu assisto porque eu preciso das notícias. Minha intencionalidade está presente com todo vigor. Preciso de abastecimento informativo para minhas argumentações no cotidiano, para embasar minhas atitudes, para aumentar meu arsenal de justificativas políticas, econômicas etc. Quando

Luhmann diz que na internet não há comunicação é porque ele não encontra lá os meios generalizados. O problema é que não são esses meios que viabilizam a comunicabilidade em grande escala; a comunicabilidade que é outra, de natureza diferente da interpessoal; não dá para ficar no mesmo modelo, como acredita Luhmann.

A rede constrói sentidos, e esses sentidos são específicos da rede. Não se pode usar o esquema da comunicação interpessoal nem o da irradiada para as formas de comunicação espectral. Os critérios da comunicabilidade interpessoal na rede ficarão excessivamente pobres se utilizarmos o modelo do rosto contra o avatar. É preciso constituir uma nova relação de sentido a partir dos relacionamentos à distância, mediados por computador, em tempo real e com identidades oscilantes. Flusser sugere a lógica dos nós: não se pode mais falar de sociabilidade fisicamente próxima; por meio das conexões eletrônicas saltamos de nó em nó numa ampla rede oscilatória.

De fato, esse é o ponto central. Podemos encontrar comunicabilidade na rede se a encaramos como “sensação”, corrente de energia, brecha escancarada por onde passa o fluxo, lugar onde cada pessoa sai de si mesma numa explosão fácil, abrindo-se para o contágio da onda que repercute como as ondas do mar, cuja unidade é igualmente indefinida e precária, exatamente como fala Bataille (1992).

Mas esse é apenas o movimento da comunicação, seu transpassar por todas as pessoas envolvidas; é preciso mais do que isso. Quando pensamos no diálogo na rede temos que considerar a alteridade. O tu da rede constrói comigo um espaço “entre”. De certa forma, é possível a hospedagem do outro, mesmo à distância, mesmo sem conhecê-lo.

No diálogo presencial, exclui-se o procedimento gnoseológico: eu não quero saber quem é o outro; o tu tem de ser absolutamente outro, tem de me levar à transformação de mim mesmo. O estranho põe-se diante de mim, nós dois somos figuras insondáveis. No diálogo eletrônico com desconhecidos, há uma correspondência com isso. Eu não sei com quem converso, pois eu não sou eu e ele não é ele. Somos figuras de identidades inexistentes, somos mistérios personalizados. Dialogamos como linguagem pura, sem os corpos humanos; somos mera fala contínua, o discurso falando a si mesmo.

Nesse plano, de total desconhecimento do outro, eu posso vê-lo como personagem de um livro, figura de um filme, imagem de uma tela. Não me importa o que essa imagem queira me dizer, importa o que *eu* realizo nela, como resultado estético. Uma tela expõe-se solitária e indiferente ao mundo; não passa de um objeto. Mas quando eu a vejo, aquilo me toca, mexe com minha estabilidade, *me diz algo*. O avatar com quem eu dialogo é como as figuras inertes, imóveis, desprovidas de corpo e de vida: eu crio nele o que quiser. Ele tampouco é uma pessoa em quem eu procuraria um rosto, que me proíbe de assassiná-la. É um ser que se tornou um objeto, uma coisa. Robô humano falante mas, pelas características específicas da comunicação intermídia, algo que me possibilita, num certo nível, a ruptura do solipsismo, uma presença que me põe em xeque, que me incomoda, pois questiona o reinado feliz de meu ego.

## A lógica do sentido no contínuo atmosférico mediático

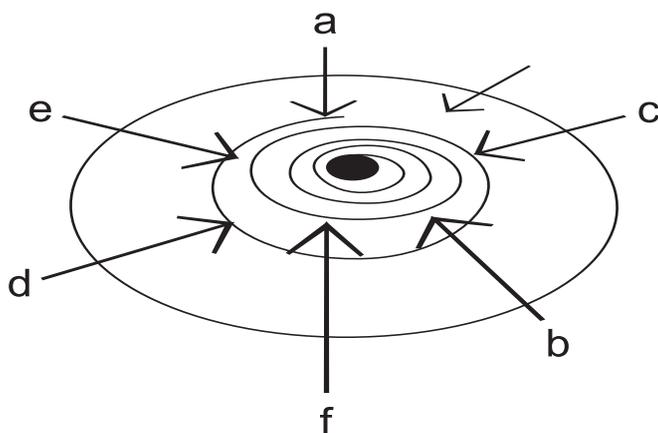
O grande problema da definição da comunicação de Niklas Luhmann é que ele simplesmente não considera o conceito de *espaço-entre*. Os sistemas são fechados, o que significa dizer que cada sistema enclausura-se diante do contexto exterior (meio ambiente), constituindo uma totalidade em si, auto-suficiente, que se organiza e se reproduz a partir de seus próprios elementos internos. Os sistemas apenas se observam; registram sinais do mundo externo e procedem a adaptações e a correções internas a partir disso. Mas não há a trocas.

É totalmente diferente do modelo que nós propomos. Consideramos que a tecnologia constitui um universo que se desenvolve com certa autonomia. Ela gera os pressupostos de sua continuidade e de sua expansão. Não temos muita influência nesse complexo. Naturalmente, ele interage com a sociedade, com a economia, com a política, na medida em que cria novas situações, novas plataformas de ação, novos sistemas que alteram a velocidade das transações, a temporalidade dos eventos, a dinâmica interna das instituições. Mas é uma variável independente, que se expande a partir de exigências de seu próprio funcionamento. Não se trata de um sistema fechado, antes de uma infra-estrutura de todos os demais sistemas, algo que se coloca na base deles. Numa posição oposta está a massa dispersa de indivíduos, que, apesar de diluída, participa de grupos eventuais ou conjunturais (uma associação, uma categoria profissional, uma seita, uma torcida esportiva, um grupo de pressão etc.). Os componentes estão soltos mas, num outro nível, agregam-se outra vez para funções ou atividades específicas, como os grupos de consumidores, os conjuntos da audiência determinados programas, os concentrados de opinião, as tribos urbanas. Mas, assim como a tecnologia dissolve-se nas instituições, nos serviços, nas relações subjetivas, formando o equipamento necessário para as trocas de informação e de contatos, também os indivíduos distribuem-se de maneira irregular, aleatória, difusa, desconcentrada. E é nesse meio indistinto, disperso, mas que, como uma neblina, guarda certas formas aparentes que os distinguem, que atua o espaço-entre do contínuo atmosférico.

Habermas não fala de um contínuo espesso que ligaria o sistema ao mundo vivido; fala apenas que aquele pretende continuamente colonizar este. Mas não dá detalhes, não reconhece um campo de forças onde as coisas acontecem. Menos ainda Luhmann, para quem, supostamente, entre os sistemas nada existe a não ser vácuo. Entretanto, este último dá uma pista, quando fala da observação: numa situação de aula há um professor e seus alunos, porém, além deles, há a *interação* entre eles; e ela observa a ambos. É a mesma conclusão a que havia chegado também Merleau-Ponty (1999, p. 182 e 558) quando falou que a unidade do objeto “pressente” um sistema iminente. Ou, dito de outra forma, o campo perceptivo forma-se das coisas e do vazio entre as coisas.

Pois bem, o “vazio” entre as coisas, o vácuo entre tecnologia e massa indistinta é preenchido pelo contínuo atmosférico. É aqui que se estruturam os *sentidos* da comunicação de massa.

Gráfico XY



Considere-se o gráfico acima. O grande círculo oval de base seria o contínuo amorfo atmosférico dos meios de comunicação e as setas seriam as diversas intervenções. A seta “a” é uma notícia que o telejornal X, ou seja, a imprensa (subsistema de alarme) “joga” no contínuo. Sua intenção é que o fato ganhe corpo e se expanda. A notícia é irradiada e logo obtém “adesão” de outra fonte, um jornal Y, que lhe acrescenta detalhes, porque lhe interessa repercutir essa primeira informação. O fato é observado por “c”, por exemplo, a internet, que logo o replica para uma quantidade considerável de pessoas. A coisa vai ganhando vulto e recebe novas reverberações por parte dos veículos “d”, “e” e “f”, o que a faz tornar-se um tema de repercussão nacional. A duração do tema no contínuo atmosférico depende das sucessivas realimentações por parte desses agentes. É o que se chama “repercutir” a notícia por dias, semanas e até meses. Para tanto, ela necessita do contínuo bombardeamento mediático. A ligação entre “a” e “b”, entre “b” e “c”, entre “c” e “d” e assim por diante constitui aquilo que Luhmann chama de *sentido*.

Trata-se de um sentido com “s” minúsculo. Segundo Luhmann, uma comunicação liga-se à outra desde que haja um contexto de sentido. Sentido é o que atrela uma comunicação a outra. Determinada notícia injetada pela fonte “a” no contínuo constrói sentido no momento em que “b” a captura e a prolonga. Esse conjunto de sentidos específicos formam uma cadeia, alimentada por uma contínua dotação de sentido. É como num diálogo em que, no atrelamento de uma frase a outra, cada uma constrói a continuidade considerando o que foi falado anteriormente (LUHMANN, 1997, p. 70 e ss.).

A dinâmica das múltiplas adesões àquilo que vai se tornando assunto de debate generalizado, pelo fato de constituir identidades, gera um evento que, como fato macro-social, levará à constituição de um Sentido amplo, difuso, compartilhado, generalizado. Nesse momento, a comunicação irradiada para massas constrói o Acontecimento comunicacional.

A correlação com o Acontecimento no plano micro-social e intersubjetivo não é casual. Trata-se aqui do casamento entre as duas proposições. As duas séries, “inputs” mediáticos e massa dispersa de singularidades (indivíduos), criam um Acontecimento a partir de um incorpóreo “interesse” que as atravessa e que as une. Há a formação de uma unidade percorrida por este “pneuma”. O interesse é o móvel da ação (fator esse que nem Luhmann nem Maturana consideram relevante, cf. MATURANA, 2001, p. 39 e ss. e 121 e ss.). Os sentidos “pequenos” não remetem ao Acontecimento. É preciso, não obstante, que esses fatos simples sejam elevados ao sublime, tem que haver uma contra-efetuação, quer dizer, cada sentido parcial tem que conduzir ao Sentido geral. Cada informação veiculada no contínuo mediático é uma efetuação, uma singularidade. Por força do incorpóreo (neste caso: o interesse; em outro caso poderia ser a moral, o desejo, o enaltecimento cívico), as ocorrências singulares rebatem sobre a superfície metafísica, do Acontecimento, que retorna às pessoas agora como eterno retorno. O fato ganhou outra dimensão, “emplacou” como “o” evento da temporada. É aquele espírito que um escritor busca capturar além da mera transcrição jornalística rotineira. Stendhal, Victor Hugo, Tolstói descrevem uma batalha, ela os sobrevoa, é um “neutro” em relação às descrições, tempo em estado puro (DELEUZE, 1969).

Os estoícos falam de corpos e de incorpóreos, ou, na leitura de Deleuze, plano profundo do ser e plano superficial, “sopros”, *plano de imanência*, vida, pulsação de tudo. No plano profundo temos os indivíduos, os agrupamentos eventuais e contínuos, as instituições, a instância estabilizadora; no plano superficial, os fluxos que vêm dos meios de comunicação, dos comportamentos não-triviais da massa de pessoas, os cortes transversais da instância desestabilizadora. Este último plano é a “vida” dos sistemas comunicacionais.

Os acontecimentos mediáticos nos impactam, nos surpreendem, nos tiram na rotina, nos arrancam de nossa passividade e indiferença. Não dá para ignorá-los, eles constituem nossa identidade e nossa diferença. É como dizia Klages: eu não realizo nada, mas participo de um mundo onde as coisas acontecem e me atravessam.

Já tivemos oportunidade de comentar anteriormente o debate entre Jürgen Habermas e Niklas Luhmann. No capítulo 14 do volume *O escavador de silêncios*, “Luhmann versus Habermas” (MARCONDES FILHO, 2004), é reproduzida a polêmica conduzida pelos dois em 1971. Habermas acusa Luhmann de ser contraditório, ao dizer que os sistemas devem reduzir a complexidade do mundo aumentando a complexidade do ambiente dos sistemas sociais. Para Luhmann, isso não constitui nenhuma contradição. Mais adiante, Habermas diz que não se pode misturar sistemas sociais e sistemas orgânicos, pois aqueles encerram relações de dominação; Luhmann diz que não, a manutenção de um sistema não precisa estar vinculada a uma lógica de dominação. No terceiro ponto, discute-se a linguagem, quer dizer, a questão do sentido. Aquilo que para Luhmann é algo pré-lingüístico, para Habermas é impensável dessa forma, pois não existe sem o caráter intersubjetivo e a comunicação cotidiana. Mais adiante, fala-se da questão da

verdade. A proposta luhmanniana não tem qualquer aspiração de validade universal, é apenas um procedimento como qualquer outro. Já Habermas não acredita nisso; verdade e poder são diretamente vinculados. No último tema, Luhmann é desafiado politicamente e questiona-se sua afirmação de que esquerda e direita são conceitos ultrapassados. Ele reage atacando a Escola de Frankfurt que, para ele, já não sabia separar a afirmação do Estado burguês e a crítica a ele (p. 509-517).

Mais recentemente, nos cursos realizados na ECA-USP em 2005, apresentaram-se outras divergências entre os dois, que fazem parte do meu ensaio “Subjetivando a esfera pública ou as dificuldades da formação de consciência política através da linguagem cotidiana”, sobre Habermas, em vias de publicação. Em seu *Discurso filosófico da modernidade*, de 1985, Habermas diz que em Luhmann o sujeito cartesiano-kantiano, auto-referencial, é substituído por um esquema semelhante, também auto-referencial, mas agora renunciando à razão. Ele não reconhece a necessidade do mundo vivido, expurgado de sua teoria como sendo um “resíduo indigesto”. Habermas acredita que Luhmann, querendo sair do pensamento metafísico, tenha desembocado na “metabiologia”, na qual importa apenas a autopreservação do sistema. A verdade, categoria importante em Habermas, passa a ser um conceito só aplicável no subsistema da ciência (sendo, mesmo lá, contestada). Mais adiante, diz Habermas, referindo-se à linguagem, que Luhmann aproxima-se tanto dos filósofos analíticos quanto do pragmatismo e do estruturalismo, pelo fato de todos trabalharem a língua a partir de um estatuto supra-subjetivo e não de um estatuto com precedência do sujeito. Isso provoca, na opinião de Habermas, um entrosamento muito estreito; tudo já está marcado, impossibilitando regulações internas entre os sistemas, com danos também para a linguagem e o agir comunicacional, pois essa estreiteza dificultaria a visualização do entrosamento entre reprodução cultural, integração social e socialização. A linguagem, dessa maneira, não disponibiliza expressões de significado idêntico, mas apenas substitui sinais por sentidos, e a língua, mesmo que seja usada para reforçar a opinião de dois interlocutores que visam a mesma coisa, “não é apropriada para superar o egocentrismo das perspectivas individuais do sistema por meio de uma perspectiva de nível superior, comum e de caráter supra e intersistêmico” (idem, p. 441 vb: 347).

*É a totalidade do mundo que agora comunica.*

Como resultado, essas descobertas levam a que a totalidade do mundo se torne comunicável. No lugar da fenomenologia do ser aparece a fenomenologia da comunicação. Vê-se o mundo da forma como a comunicação de imagens sugere a cada um — se não tão dramática, tampouco rica em contrastes, sem defeitos, colorida e principalmente, tampouco selecionada. Uma contínua pressão pelo excesso de ofertas leva a um entediamento do mundo da percepção, a saber, tanto no mundo normalmente percebido quanto na TV. [Nota de Luhmann: Pode-se supor que ao homem só sobra o pensamento e isso pode facilmente se perder. De qualquer forma, reduz-se em importância a atividade principal da consciência, o externalizar e o ordenar o mundo da percepção - em importância nos contextos auto e hetero-referenciais: para a plausibilidade interna da experiência de mundo e para o

posicionamento seguro do indivíduo neste mundo]. Além disso, retrai-se, exatamente no processo de percepção, aquilo que fascinava na linguagem: a possibilidade e a necessidade de diferenciar informação de sinalização. (LUHMANN, 1997, p. 306-307)

*Sobre o contínuo atmosférico mediático ou comunicacional.* Há três formas básicas de comunicação: *tête-à-tête* (duas pessoas conversando, uma discussão em grupo, uma aula), irradiada (pela TV, jornais, grandes empresas) e espectral (pela internet). No primeiro tipo, o da comunicação presencial, têm importância, além das presenças físicas das pessoas, o contexto, o lugar, a situação e a atmosfera envolvente. Já nas grandes formas sociais de comunicação, algo tem que substituir esse contexto presencial garantindo uma vivência equivalente: as pessoas estão geograficamente dispersas mas “espiritualmente” tem que compartilhar da mesma cena, da mesma emissão, do mesmo programa. Algo precisa fazer o papel da atmosfera, do campo de sensações e de forças visíveis e invisíveis que constituíam a relação direta. É a emergência do *contínuo atmosférico de sentido* da sociedade de massas. É ele que irá engendrar as condições necessárias e suficientes para que a comunicação se realize também no plano impessoal, à distância, sem a presença do outro.

A inauguração desse contínuo de sentido se deu no III Reich, em que se recombina-ram todos os campos da atividade política, social, ideológica e cultural num programa unitário de mobilização popular pela emoção. Criou-se algo que estava acima das pessoas e ao mesmo tempo alinhavava-as todas num mesmo programa que conseguia criar uma grande cena social total que repercutia de volta reenergizada sobre as mesmas massas. Característico nesses processos é o ancoramento dessa corrente em instâncias subterrâneas do inconsciente social, como são os tabus, os estereótipos e os complexos. Nos anos 1940 chamou-se a isso “indústria cultural”, mas o conceito carece de atualização.

## Referências

- BATAILLE, Georges (1975). *A parte maldita*. Precedida de “A noção de despesa”. Rio de Janeiro: Imago. [ed. original 1967].
- \_\_\_\_\_. (1992). *A experiência interior*. Tradução de Celso Libânio Coutinho, Magali Montagné e Antonio Ceschin. São Paulo: Ática. [ed. original 1943].
- BAUDRILLARD, Jean (1985). *À sombra das massas silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense.
- BECK, Ulrich (1986). *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp.
- DELEUZE, G. (1998). *Lógica do sentido*. Tradução de L. R. Salinas Forte. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (1969). *Logique du sens*. Paris: Minuit, 1969.
- FLUSSER, V. (1992). *Krise der Linearität*. Bern: Benteli.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Lob der Oberflächlichkeit [Elogio à superficialidade]. Für eine Phänomenologie der Medien*. Schriften Band I. Mannheim: Bollmann.

- HABERMAS, Jürgen (1973). *Philosophisch-politische Profile*. Frankfurt: Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Kleine politische Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_ (1985). *Die neue Unübersichtlichkeit: Kleine politische Schriften V* [A nova intransparência]. Frankfurt: Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Der philosophische Diskurs der Moderne: Zwölf Vorlesungen*. Frankfurt: Suhrkamp. [O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: D. Quixote, 1990].
- HALL, Stuart (1989). "Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação: uma entrevista com Stuart Hall". In: HALL, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Unesco.
- LUHMANN, N. (1981b). *Soziologische Aufklärung 1-5*. Opladen: VS Verlag.
- \_\_\_\_\_ (1981a). "Die Unwahrscheinlichkeit der Kommunikation". In: LUHMANN, N. *Soziologische Aufklärung 3*. Opladen: VS Verlag.
- \_\_\_\_\_ (1995). *Die Realität der Massenmedien*. Opladen: Westdeutshl. [A realidade dos meios de comunicação. São Paulo: Paulus, 2005].
- \_\_\_\_\_ (1996). *Introducción a la teoría de sistemas*. Lições publicadas por Javier Torres Nafarrate. México, Universidad Iberoamericana/Iteso/Anthropos.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp.
- \_\_\_\_\_ (1999). "Öffentliche Meinung und Demokratie". In: MARESCHE, Rudolf;
- \_\_\_\_\_ (2000). *The Reality of the Mass Media*. Stanford University Press.
- MARCONDES FILHO, C. (2004). *O escavador de silêncios: formas de construir e desconstruir a comunicação*. São Paulo: Paulus.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús (1987). *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. México-Barcelona: Gustavo Gili.
- MATURANA, Humberto (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Organização e tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: UFMG.
- MERLEAU-PONTY, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes. [ed. original 1945].
- NOELLE-NEUMANN, E. (1973). Return to concept of powerful mass media. *Studies of Broadcasting*, n. 9.
- PROKOP, D. (1986). *Sociologia*. São Paulo: Ática. (Coleção grandes cientistas sociais).
- RAMONET, Ignacio (1999). *La tyrannie de la communication*. Paris: Galilée.
- RORTY, R. (1995). *Essays sur Heidegger et autres écrits*. Paris: PUF.
- VON FOERSTER, Heinz (1985). *Sicht und Einsicht: Versuche zu einer operativen Erkenntnistheorie*. Braunschweig/Wiesbaden, Friedr: Vieweg & Sohn.
- \_\_\_\_\_ (1994). *Wissen und Gewissen*. Siegfried J. Schmidt (Org.). Frankfurt: Suhrkamp.
- WERBER, Niels. *Kommunikation – Medien – Macht*. Frankfurt: Suhrkamp.

CIRO MARCONDES FILHO é professor titular da  
ECA-USP.

cjrmfilh@usp.br

Artigo recebido em 13 de abril de 2008  
e aprovado em 14 de maio de 2008.